

V JOGOS MUNDIAIS MILITARES NO BRASIL: O ESPORTE MILITAR A SERVIÇO DA AGENDA RIO-2016¹.

Frederico Jorge Saad Guirra
Lino Castellani Filho

RESUMO

As primeiras décadas deste século reservaram ao Brasil uma série de megaeventos esportivos, que integram as estratégias governamentais para a inserção protagônica do país no cenário mundial. Sob essa ótica, este artigo tem por objetivo analisar como a realização da V edição dos Jogos Mundiais Militares no Brasil posicionou o Esporte Militar Brasileiro, no campo esportivo nacional, com vistas à realização dos Jogos Olímpicos de Verão, no Rio de Janeiro em 2016. Foi utilizada uma pesquisa bibliográfico-documental e os resultados mostraram que tal realização só se justifica se olhada pela lente de entidades de administração do esporte, pelos objetivos político-econômicos do Governo Federal, e pelo desejo das Forças Armadas de conquistar um espaço dentro do campo esportivo nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Megaeventos Esportivos; Política Esportiva Brasileira; V Jogos Mundiais Militares.

INTRODUÇÃO

O esporte brasileiro está cumprindo, no decorrer das duas primeiras décadas do século XXI, uma intensa e importante agenda esportiva marcada pela chegada das principais competições mundiais em solo brasileiro. Para o Brasil, esse ciclo de grandes eventos esportivos teve seu início, em 2007, com os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, seguidos pela V edição dos Jogos Mundiais Militares, em 2011, a Copa das Confederações, e a Gymnasiade, em 2013, o Mundial de Futebol, em 2014, e seguirá com os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, em 2016, a Copa América, em 2017 e a Universíade, em 2019.

¹Este Artigo é um dos possíveis recortes de tese de doutorado intitulada “Os V Jogos Mundiais Militares no Brasil e a reinserção do Esporte Militar na Política Esportiva nacional”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, em 2014, sob a orientação do professor Lino Castellani Filho.

O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.



No entanto, a realização desses megaeventos em solo brasileiro responde tanto a uma determinada lógica de desenvolvimento urbano, quanto propriamente à da política esportiva, estabelecendo, assim, uma sintonia entre os interesses do setor conservador do campo esportivo brasileiro e a nova ordem político-econômica mundial. Tais fatos encontram terreno fértil principalmente quando se verifica, no Brasil, a ausência de um Sistema Nacional de Esporte, cujas competências e responsabilidades sejam bem definidas, e a presença de um Ministério que, aliado a entidades de administração do esporte, em busca de legitimação e reconhecimento dentro do campo esportivo, torna sua agenda refém² da agenda definida por esse grupo, ou seja, voltada para o esporte de alto rendimento, em detrimento da manifestação do esporte como direito social e conquista cultural do povo.

Nesse contexto, sobressai-se a realização da V edição dos Jogos Mundiais Militares, megaevento esportivo, realizado no Brasil em julho de 2011, que transformou a cidade do Rio de Janeiro, durante nove dias, na capital mundial do Esporte Militar. Tal fato fez levantar o questionamento de quais seriam as possíveis razões que justificariam a escolha de um país, sem nenhuma tradição no esporte fardado, a credenciar-se e ser escolhido como sede de uma edição dos JMMs.

A relevância dessa temática aumenta, quando se percebe que essa escolha não se deu por obra do acaso, mas se alinhou ao pensamento do governo brasileiro num momento de reposicionamento do país no cenário mundial, dando visibilidade a ele e provocando a abertura de uma janela³ de oportunidades político-econômicas⁴ e de sua inserção, de forma

²Segundo Castellani Filho (2009), O Ministério do Esporte se submeteu a uma submissão consentida junto aos setores conservadores do esporte nacional, que acabou por se traduzir na capitulação e aprisionamento dos responsáveis pela definição e execução da política esportiva aos interesses daquela fração do campo esportivo ... O que não sabíamos era que cada vez mais e mais, esse processo de aprisionamento, de se terem como reféns daqueles segmentos, passaria a ganhar contornos estereotipados, somente passíveis de serem compreendidos através da analogia com o que se tornou conhecido internacionalmente sob o nome de Síndrome de Estocolmo”.

Essa síndrome se traduz em estado psicológico em que as vítimas passam a identificar-se emocionalmente com os criminosos, inicialmente como modo de defesa, por medo de retaliação e/ou violência por parte deles. Texto na íntegra no endereço eletrônico: <http://www.infoescola.com/doencas/sindrome-de-estocolmo/>. Acessado no dia 21/11/2012.

³ Termo utilizado por André Singer em entrevista ao Instituto Humano Usininos em 29 de novembro de 2010. Entrevista na íntegra no endereço eletrônico: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3674&secao=352. Acessado em 08/06/2013.

⁴ André Singer em seu livro intitulado Os Sentidos do Lulismo, cita essa janela de oportunidades como a grande sacada de Lula, que tem: “[...] a percepção “de que havia uma janela de oportunidade para



protagônica, nesse cenário, utilizando como estratégia para atingir tal objetivo os megaeventos esportivos. Além disso, tais oportunidades propiciam, cada vez mais, a legitimação da agenda das entidades conservadoras do campo esportivo brasileiro, por meio da qual acreditam incluir o país entre as principais potências do esporte internacional.

Diante de tais constatações, o presente artigo tem por principal objetivo analisar como a realização da V edição dos Jogos Mundiais Militares no Brasil posicionou estrategicamente o Esporte Militar no campo esportivo nacional, com vistas à realização dos Jogos Olímpicos de Verão a serem sediados, em 2016, na cidade do Rio de Janeiro. Em busca de alcançar tal intento, e para uma melhor contextualização dos elementos que constituíram essa escolha, cabe-nos em um primeiro momento localizar o lugar do Esporte Militar no cenário esportivo nacional.

A IMPORTÂNCIA DO ESPORTE MILITAR PARA A LÓGICA ESPORTIVA BRASILEIRA

Em julho de 2011, foi realizada, em solo brasileiro, a V edição dos Jogos Mundiais Militares, um megaevento esportivo que, durante os 09 dias de sua realização transformou a cidade do Rio de Janeiro na capital mundial do esporte militar, trazendo para tanto uma grandiosa estrutura que contou com números impressionantes, como a presença de 110 países, 6.000 atletas, que disputaram 459 medalhas de ouro, 459 de prata e 503 de bronze, 2.000 delegados e árbitros, e 1.706 oficiais. Somada a esses números, os Jogos ainda puderam contar com uma força de trabalho de 25.735 pessoas, sendo 2.267 voluntários, 17.952 militares de apoio, 4.647 terceirizados e 724 envolvidos nas operações do evento, superando em números os Jogos Pan-americanos – Rio 2007⁵.

fazer uma política distributiva, mesmo mantendo a orientação macroeconômica que vinha do governo anterior. (...) Tenho a impressão de que isso não estava na previsão de ninguém”. O autor ainda complementa dizendo que: “A conjuntura econômica mundial favorável entre 2003 e 2008, não só por apresentar um ciclo de expansão capitalista como por envolver um *boom* de *commodities*, ajudou a produzir o lulismo. No entanto, foram as decisões do primeiro mandato, intensificadas no segundo, que canalizaram o vento a favor da economia internacional para a redução da pobreza e a ativação do mercado interno. Lula aproveitou a onda de expansão mundial e optou por caminho intermediário ao neoliberalismo da década anterior” (SINGER, 2012).

⁵ Dados retirados do site oficial dos Jogos, presente na página:

http://www.rio2011.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2544%3Ajogos-mundiais-militares-rio-2011-chegam-ao-fim-com-saldo-positivo-e-brasil-na-frente-&catid=40%3Arelease&Itemid=73&lang=pt. Acessado em 10/07/2012.



O Brasil foi escolhido para sediar os JMMs, em Ougadougou, capital de Burkina Faso, na África Ocidental, em maio de 2007, durante a 62ª Assembleia Geral do CISM (Conselho Internacional do Sports Militaire), que contou com a participação de 133 países. Apresentaram-se como candidatos a sediar os Jogos 2011, Brasil e Turquia, e o país latino-americano venceu a disputa, para sediar o evento. O CISM justificou ser decisiva a escolha do Brasil e da cidade do Rio de Janeiro pelas já existentes estruturas esportivas construídas para a realização do Pan e do Para-Pan de 2007, que se alia à experiência na realização de grandes eventos e ao extremo interesse demonstrado pelas autoridades locais em sediar o evento, fato este que ajudou a “bater o martelo” a favor das Forças Armadas Brasileiras.

Para dar conta de tal tarefa, o Brasil já contava com uma instituição específica para as questões relativas ao Esporte de cunho militar, a Comissão Desportiva Militar do Brasil (CDMB), órgão subordinado ao CISM, criado em 1956, com sede em Brasília, integrando a estrutura do Ministério da Defesa, estando vinculada à Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto. A CDMB possui como principal responsabilidade organizar e coordenar os assuntos referentes ao esporte militar no Brasil, por meio do qual trabalha em parceria com as Forças singulares na elaboração de competições esportivas entre as Forças Armadas, quais sejam: Exército, Marinha e Aeronáutica⁶. Atualmente, ela trabalha com 14 modalidades esportivas, priorizando as categorias com características essencialmente militares: Atletismo, Basquete, Cross-Country, Esgrima, Futebol, Judô, Natação, Orientação, Paraquedismo, Pentatlo Militar, Tênis, Tiro, Triatlo, Vôlei.

Vale ressaltar que, antes da escolha brasileira para sediar a V edição dos JMMs, outras quatro foram realizadas, sendo a primeira na cidade de Roma, em 1995, a segunda, na Croácia, em 1999, a terceira, em 2003, em Catânia, na Itália, e a quarta, em Hyderabad, na Índia, em 2007. A edição brasileira no Rio de Janeiro, em 2011 foi a quinta, e a sexta está prevista para acontecer em Mungyeong, na Coreia do Norte, em 2015.

No delineamento desse cenário, dois aspectos de suma importância merecem nossa especial atenção: um que busca a importância dada ao Esporte de cunho militar ao longo da construção da política esportiva nacional, e outro que tange à relevância da participação brasileira nas quatro edições anteriores do megaevento militar.

⁶ Informações retiradas do site dos Jogos Mundiais Militares no Brasil, no endereço: http://www.rio2011.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=246&Itemid=103&lang=pt



Com relação ao primeiro, um olhar à história nos revela que, desde a gênese da legislação esportiva nacional, seguindo então a lógica do Governo getulista, o Brasil presencia o surgimento do primeiro dispositivo legal que trouxe consigo o claro intuito de disciplinar e organizar o campo esportivo brasileiro, em 14 de abril de 1941, quando é assinado o Decreto-Lei 3.199 que criou em seu Art. 1º o CND – Conselho Nacional de Desportos, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, que tinha por objetivo primeiro orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos, em todo o país. (LARDIES, 1971).

Nesse mesmo documento, o esporte de ordem militar no Brasil aparece normatizado, pela primeira vez, no Art. 11, porém com sua organização à parte, juntamente com o esporte universitário, o esporte da juventude brasileira, da marinha, do exército e de outras forças policiais, como policiais militares e bombeiros, sempre sob a supervisão do CND e dirigido por Confederações e entidades especiais. Correia (2006, p.420) relata que “O esporte militar no Brasil até o final da década de 1940 desenvolveu-se de forma isolada em cada Força singular (Marinha, Exército e Aeronáutica) e Auxiliar (Polícias Militares e Bombeiros dos Estados)⁷.”

Os estudos de Castellani Filho (2013) nos mostram que, por mais de três décadas, a legislação esportiva nacional permaneceu sem maiores alterações, garantindo apenas as modificações necessárias para ratificar a condição hegemônica do esporte de representação nacional. Indo nessa direção, o decreto-lei 3.199/41 dá lugar à lei 6.251, de 08 de outubro, regulamentada pelo Decreto 80.228/77, constatando que não foram alterados os parâmetros autoritários e políticos da lei vigente para o esporte, por buscar reafirmar a autoridade da intervenção de natureza conservadora do Estado sobre o campo esportivo. Sob essa ótica, tanto o Decreto-lei 3.199/41 quanto a lei 6.251/75 apresentam poucas modificações em seu texto com relação ao esporte militar, porém em seu Art. 34, a nova organização do Sistema Desportivo Nacional traz uma significativa alteração, quando autoriza as equipes do desporto militar a “[...] participar de campeonatos e torneios regionais e nacionais dirigidos ou organizados pelas confederações e federações dirigentes do desporto comunitário nas regiões sob a jurisdição

⁷ Merece ser ressaltado no que tange à especificidade do Esporte Militar, que, desde o primeiro ordenamento legal do esporte nacional, na década de 40 do século passado, ele tinha a prerrogativa de participar do esporte federado. Castellani Filho (2013) deixa clara a existência de um pseudo-sistema esportivo que normatizava apenas o esporte de alto rendimento, o esporte federado, estabelecendo a lógica de que tanto o esporte estudantil quanto o esporte militar poderiam participar de competições do esporte federado, não sendo a recíproca verdadeira, ou seja, o esporte federado (clubes) não poderia participar de competições organizadas pelo esporte estudantil e militar.



destas entidades” (BRASIL, 1975, art. 34). É importante ressaltar que, na Lei, desporto comunitário é sinônimo de desporto federado.

Já nas décadas seguintes, as de oitenta e noventa, observa-se que, não obstante o esforço legal a tradição clubística associativista de nossa cultura esportiva, associados à ausência de acenos sistemáticos e regulares à prática esportiva no âmbito militar, o Esporte Militar brasileiro se limitou a apenas alguns poucos campeonatos militares realizados no Brasil e no exterior, de forma esporádica, agora regidos pela Lei 8.672, de 06 de julho de 1993, que ficou conhecida como Lei Zico, e a Lei 9.615 de 24 de março de 1998, conhecida como Lei Pelé, que pouco altera a Lei Zico, mas que, segundo Castellani Filho (2013, p.54): “[...] havia a necessidade de ter a chancela do Pelé (o DNA do Pelé) numa nova lei; numa nova configuração de uma lei esportiva brasileira, que reforça a lógica de um Estado financiador da política esportiva centrada nas entidades esportivas com personalidade jurídica de direito privado”.

E nem mesmo alguns importantes momentos da política nacional, em que os militares figuraram como parceiros de primeira hora junto ao Governo, como na ditadura civil implantada por Getúlio, de 1930 a 1945, e, ao longo das mais de duas décadas de ditadura civil-militar, vividas pelo Brasil, de 1964 a 1985, essa forma de estruturação esportiva não conseguiu um lugar protagônico dentro do campo esportivo brasileiro. Ficou praticamente ignorada em vários momentos e limitada a ações estratégicas do Governo, dando mostras de que permaneceria sempre em segundo plano e obediente às determinações do campo do alto rendimento, este sim, sempre amparado e sustentado na legislação esportiva, garantindo sempre uma adequação necessária em cada momento da história político-econômica do Brasil.

Soma-se a esse outro fator de extrema importância, o fato de que nas quatro edições anteriores dos Jogos Mundiais Militares, que antecederam a realizada no Rio de Janeiro, a delegação brasileira nunca ocupou um lugar de destaque junto às principais potências mundiais militares, tendo ocupado apenas o 35º lugar em Roma, o 22º lugar na Croácia, o 15º em Catânia, na Itália, e o 33º lugar em Hyderabad, na Índia, deixando-nos claro que tanto a história do Esporte Militar no Brasil, quanto sua participação em JMMs não avalizavam sua candidatura, em 2007, na Índia, para sediar uma edição desses Jogos.

Porém, se analisada sob outra lógica a realização dos principais megaeventos esportivos em solo brasileiro - incluindo aí os JMMs que são realizados pelo Conselho Internacional do Sports



Militaire, instituição que ocupa o terceiro lugar em número de associados, com um milhão de atletas, e ocupa posição de destaque junto às principais entidades de administração do esporte internacional, como a FIFA e o COI - responde tanto a uma determinada lógica de desenvolvimento urbano, quanto propriamente à da política esportiva, estabelecendo, assim, uma sintonia entre os interesses do setor conservador do campo esportivo brasileiro, representado aqui pelo Comitê Olímpico Brasileiro, do Governo Federal, principal financiador dos Jogos, e das Forças Armadas. Alicerçada sob a égide desse pensamento, essa lógica aponta para o cumprimento de uma agenda pré-definida pelos atores acima descritos, com vistas a um projeto muito maior, ou seja, a subsequente participação brasileira nos Jogos Olímpicos de 2016, na cidade do Rio de Janeiro, como abordaremos nas linhas a seguir.

O POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DO ESPORTE MILITAR A SERVIÇO DA AGENDA RIO-2016

A escolha brasileira para sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016, assim como os Jogos Mundiais Militares, em 2011, a Copa das Confederações em 2013, o Mundial de Futebol FIFA, em 2014 e a Copa América, em 2017, aconteceu em um momento em que o Brasil se reposicionou estrategicamente no cenário mundial de forma protagônica, impulsionado principalmente pela conjuntura econômica favorável entre os anos de 2003 e 2008, e também por um fenômeno denominado de “lulismo”:

[...] que uniu as decisões do primeiro mandato, intensificadas no segundo, e que canalizaram o vento a favor da economia internacional para a redução da pobreza e a ativação do mercado interno. Lula aproveitou a onda de expansão mundial e optou por caminho intermediário ao neoliberalismo da década anterior⁸. (SINGER, 2012, p. 21)

Sob essa ótica, o sucesso da agenda e da candidatura brasileira para sediar os Jogos nesse ano resultaria

⁸ André Singer define o lulismo como sendo um projeto sem rupturas e pluriclassista que incorpora representações de trabalhadores e empresários, projeto que é marcado também por uma forte identificação dos pobres - ou seja, do subproletariado - com a figura de Lula, conferindo-lhe força para mediar interesses conflitantes e apresentar suas propostas como sendo boas para todos. No entanto, para além da vontade e empenho do líder e do mito, a candidatura olímpica está articulada a um projeto mais geral de desenvolvimento nacional, matizado pelo reposicionamento do país na geopolítica mundial e recuperação do papel do Estado.

[...] de uma coalizão de forças cujas pretensões e interesses repercutem como a própria vontade geral, isto é, o interesse geral de toda a sociedade ou nação. No entanto, além de ter reforçado a condição de Lula como *condottiere* e mito, tal projeto se articulou ao projeto de governo, ao modelo neodesenvolvimentista e à política externa de reposicionamento do país na geopolítica mundial. Ancorou-se, por um lado, numa política conservadora de aproximação e subordinação do Estado brasileiro às entidades proprietárias dos Jogos, COI e COB, e, por outro, num projeto empreendedor orientado para o mercado, correspondendo aos interesses de determinadas frações da burguesia, o que corresponde ao intento de reorganização do capitalismo brasileiro” (MASCARENHAS, 2012, p. 18).

O delineamento desse cenário favorável permitiu que o então Presidente Lula, munido do bom momento econômico vivido pelo país e gozando de prestígio frente a importantes organizações internacionais, fortalecesse junto a eles a candidatura brasileira aos Jogos, vislumbrando um projeto que trouxe, em um primeiro momento, o discurso ufanista pautado na retórica olímpica, tendo o esporte como o mais nobre e importante instrumento de desenvolvimento da nação brasileira. Posteriormente, em um segundo momento, ao cair das máscaras, deixou claro que o verdadeiro motivo, tanto para o seu envolvimento pessoal, assim como o do “seleto” grupo que o acompanhava, conformava-se à “nova” ordem político-econômica mundial, um reposicionamento do país muito mais centrado no atendimento aos interesses do desenvolvimento urbano, pautado pela lógica dos negócios, do grande capital, que propriamente na materialização de uma política esportiva.

É certo afirmar que esse reposicionamento também permitiu que as atenções se voltassem para outro tipo de investimento, que se alia à paixão nacional pelo esporte, sua penetração em todos os níveis da sociedade e à força mercadológica que ele traz, concebendo, assim, uma visão paradisíaca do novo campo a ser explorado e conquistado, os locais de realização dessas competições, as cidades, seu espaço geográfico, suas possibilidades imobiliárias, seus atrativos turísticos e a mão de obra a ser utilizada.

Em cumprimento a esse objetivo, o esporte passa a ocupar um lugar secundário, deixando de representar o papel protagonista a ele conferido no discurso das autoridades brasileiras, servindo agora apenas como uma oportunidade para que o planejamento definido para as cidades seja desenhado, a partir do planejamento para o atendimento dos megaeventos esportivos e as modificações necessárias para recebê-los, em detrimento das reais necessidades da população.



Dessa forma, como não havia de ser diferente, a realização dos Jogos Mundiais Militares no Brasil também seguiu o mesmo planejamento, e legítima sua vinda como um caminho intencional muito bem articulado pelo Governo brasileiro em cumprimento aos anseios de sua agenda. Além disso, sua realização em solo brasileiro se tonifica quando analisada sob a ótica dos legados deixados ao esporte de alto rendimento nacional, e que também beneficiariam diretamente tanto as Forças Armadas, quanto o Governo Federal e o Comitê Olímpico Brasileiro, servindo também como importante forma de desoneração com os gastos relativos aos Jogos Olímpicos de Verão, em 2016. Assim, dentro da lógica estabelecida neste estudo, o êxito da realização dos V JMM em solo pátrio, deve ser necessariamente analisado sob a ótica da articulação dos atores acima descritos, sendo percebida a existência de uma trama muito bem articulada, por meio da qual os legados deixados pelos JMMs traziam implicações distintas a cada um desses atores.

Visto pela lente dos militares, esses legados significaram uma grande contribuição ao esporte nacional, credenciando o Esporte Militar a almejar um lugar no campo esportivo brasileiro sem precedentes na sua história. Uma análise mais aprofundada evidenciou uma contradição presente no discurso dos principais atores envolvidos na realização dos Jogos, as Forças Armadas, o Governo Federal e o Comitê Olímpico Brasileiro, deixando-nos evidências para afirmar que esses legados tinham outro endereço e apontavam para o cumprimento das ações de uma agenda que via, no posicionamento estratégico do Esporte Militar, o início de um caminho que tinha por principal finalidade a realização dos Jogos Olímpicos, no Rio, em 2016.

Para as Forças Armadas, então, significaram o reconhecimento do Esporte Militar pelo campo esportivo nacional, dando a ele visibilidade internacional diante das grandes potências militares esportivas, conquistada, principalmente, pelo resultado alcançado no quadro geral de medalhas, por meio de uma forjada “Tropa de Elite” formada por atletas civis incorporados ao meio militar. O Programa Atletas de Alto Rendimento, fruto da parceria do Ministério da Defesa e do Ministério do Esporte, iniciado em 2009, faz parte de uma série de outros programas do Governo Federal, todos iniciados sob o comando do PT à frente do Governo Federal, que visam desenvolver o esporte de alto nível no Brasil, inclusive no ambiente escolar, dentre os quais podemos citar: o Projeto Brasil Medalhas, o Programa Atletas de alto rendimento, o Programa Bolsa-Atleta, Programa Bolsa-Técnico, Programa de Apoio ao Atleta,



o Programa Segundo Tempo – Forças no Esporte, Programa Mais Educação, Programa Atleta na Escola, Projeto Educação e Esporte, e o Programa Bolsa-Pódio.

A participação dos militares nesses Programas fez surgir um outro tipo de legado, que se utilizou da capilaridade militar, da ordem e da disciplina, tão comuns ao meio, para contribuir com a formação do caráter de milhares e milhares de crianças, o que se constituiu como um legado socioeducacional, mas que se apresentou com outro claro objetivo, o de massificar o esporte, extraindo da quantidade a qualidade necessária para atender às necessidades do esporte de alto rendimento nacional. Seguiu-se, assim, a lógica estipulada pelo modelo piramidal elaborado para o esporte brasileiro, balizado agora pelo sonho olímpico, que motivou a III Conferência Nacional de Esporte e Lazer e a elaboração de um Plano Decenal, cuja meta a ser alcançada era colocar, em 10 anos, o Brasil, entre as 10 maiores potências esportivas mundiais.

Para o Governo Federal, principal financiador dos Jogos, a liberação de um investimento na casa de R\$ 1,5 bi, ínfimo, se comparado aos valores investidos com a Copa do Mundo FIFA - 2014 e com os Jogos Olímpicos em 2016, significou o cumprimento da parte a ele destinada, confirmada na própria fala do Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, em solenidade de assinatura de um protocolo de intenções para a utilização da Escola Superior de Educação Física do Exército, como sede de treinamento dos atletas brasileiros para os Jogos de 2016, no Rio, quando afirmou que para garantir o sucesso dos Jogos Militares e das outras grandes competições que viriam logo a seguir, o governo federal precisava fazer a sua parte, ou seja, entrar

[...] com a parte mais importante, que são os recursos. Não tem como a prefeitura e o governo do estado assegurar o êxito de um evento desse porte, sem os recursos federais. Muitas vezes não estaremos presentes nos eventos relacionados à preparação dos Jogos, mas na hora de resolver os problemas o governo federal estará sempre ao lado da prefeitura e do governo do estado⁹.

Não menos importante, o posicionamento estratégico do Esporte Militar brasileiro possibilitou uma importante contribuição à agenda Rio-2016, principalmente no que tange à lógica do desenvolvimento urbano centrado no negócio imobiliário e turístico, que foi a

⁹<http://esportes.terra.com.br/noticias/0,,OI5499260-EI14532,00-COB+e+Exercito+fecham+acordo+para+construir+QG+esportivo+brasileiro.html>. Acessado em 28/08/2012.



utilização do Complexo de Deodoro, atual Parque Olímpico de Deodoro, importante área militar onde se encontra o maior quartel do Brasil e a maior concentração militar da América latina. Primeiramente, por se tratar de uma região de classe média, situada na Zona Norte do Rio de Janeiro. Depois, por possuir uma localização estratégica, pois essa região é cortada pela Central do Brasil, possuindo a maior estação de trem do subúrbio da cidade, fazendo a sua ligação ao centro da cidade e a outras importantes localidades do subúrbio e da Região Olímpica ao Rio, local onde está sendo construída a Transolímpica, uma via de 23 km que ligará a Barra da Tijuca a Deodoro, com pistas para carros e sistema BRT.

Com relação ao Complexo Olímpico de Deodoro, os estudos de Vainer (2011) afirmam que ele se inclui na formatação da cidade olímpica, que prevê, na reorganização dos espaços públicos, excelentes oportunidades para negócios rentáveis, modernos e atraentes, como devem ser as cidades que se tornaram sedes de megaeventos esportivos, transformando-as em cidades cujas prerrogativas de planejamento urbano passam a obedecer aos ditames da lógica empresarial, a cidade de exceção¹⁰, em detrimento de outra voltada aos interesses de sua população, notadamente aquela de baixa renda.

O cenário delineado a partir dessa noção de cidade nos trouxe a compreensão de que um dos títulos dados aos Jogos Mundiais Militares, no Brasil, de “Jogos da Paz”, simbolizado por meio de uma pomba, trazia em suas entrelinhas uma mensagem subliminar que nos encaminhou ao entendimento de que a verdadeira paz a ser conquistada não seria nas arenas de competição, destoando do sentido primeiro dos JMMs de levar a paz pelo mundo, por meio de uma competição esportiva, mas estaria ligada ao processo de pacificação e à disputa por espaço nas favelas cariocas. O domínio dessas áreas por traficantes e gangues poderia, na visão do Governo, constituir-se em grande empecilho à consecução de sua agenda e também do setor imobiliário, o que poderia atrapalhar a apresentação ao Brasil e ao mundo da imagem de uma cidade do Rio de Janeiro realmente maravilhosa, como um local com grande potencial de investimento financeiro, seguro e bom para se viver.

¹⁰Para Castellani Filho (2014), os interesses do segmento conservador do campo esportivo, por si só configurado em facetas conservadoras, retrógradas e reacionárias, aliam-se a uma concepção de desenvolvimento urbano configurativa da cidade de exceção, movida pela lógica empresarial fomentadora do batizado por Carlos Vainer de Democracia Direta e Capital refratária à intermediação dos movimentos sociais e dos partidos políticos e simpática à ligação direta governo empresariado, quadro esse propício à materialização das condições objetivas para a realização dos Megaeventos esportivos



Já para o Comitê Olímpico Brasileiro, entidade máxima de administração do esporte olímpico nacional e maior representante da fração conservadora do campo esportivo brasileiro, a realização dos Jogos Mundiais Militares trouxe excelentes oportunidades para cumprir o proposto por sua agenda, principalmente porque os legados advindos da realização da edição brasileira dos Jogos Mundiais Militares se apresentaram como importante forma de desoneração dos gastos a serem realizados com os Jogos Olímpicos, no Brasil, em 2016. Essa desoneração pôde ser percebida principalmente por meio da criação do Programa Atletas de Alto Rendimento, não coincidentemente criado no ano de 2009, no mesmo ano da escolha brasileira para sediar os Jogos Olímpicos, em 2016. Esse programa incorporou atletas civis na carreira militar, com o claro intuito de fornecer a eles condição para treinamento, viagens e salário, passando, a partir de então, a dividir seus períodos de treinamento e competição entre o calendário civil e o militar, muito mais o primeiro que o segundo, visando os Jogos Mundiais Militares, no Rio, em 2011, os Jogos Olímpicos em Londres, em 2012, os Jogos Mundiais Militares na Coreia do Norte, em 2015, e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Rio, em 2016, como explicitado.

Pode ser somada a isso a construção das três Vilas Militares, “Vila Verde”, de responsabilidade do Exército brasileiro, acrescida da “Vila Branca”, também denominada Vila naval do Gandu do Sapê, em Campo Grande, sob o comando da Marinha, e a “Vila Azul” pertencente à Aeronáutica, no Campo dos Afonsos, que tinham o intuito de dar hospedagem às delegações durante os JMMs, sendo, logo após seu término, cedidas a militares da reserva, conforme a própria fala dos militares, mas que, de fato, teria como principal objetivo alojar árbitros e a imprensa internacional durante os Jogos Olímpicos, em 2016, fato este que não justifica um investimento da ordem de mais de R\$ 400 mi, pois, em outras edições dos JMMs, as delegações ficaram hospedadas em vilas militares e hotéis, o que poderia ter acontecido no Brasil.

Merece aqui ser ressaltado que, logo após os JMMs, não foram encontradas maiores informações sobre as Vilas se realmente seguiram seu planejamento de doação a militares da reserva, conforme anunciado, porém no que diz respeito à Vila Verde, o projeto não foi cumprido, pois a prefeitura da cidade do Rio travou “uma queda de braço” para que o alojamento de árbitros e da mídia internacional ficasse na zona portuária do Rio, e, logo em seguida, solicitou do COI a modificação para a Zona Norte, em Curicica, questão não autorizada pela entidade internacional. Portanto, a Vila Verde não foi utilizada por militares



da reserva, como também não servirá de alojamento para árbitros e a mídia, como no projeto inicial.

E mais: a ampliação e remodelação de importantes estruturas sob a jurisdição das Forças Armadas, principalmente as encontradas na EsEFEX, no CEFAN, e no CCFEX, após a realização dos JMMs, em 2011, foram incorporadas ao COB por meio de acordos assinados entre as Forças Armadas e o Ministério do Esporte, visando à preparação da delegação brasileira, o “Time Brasil”, em sua escalada rumo a Londres, a Mungyeong e ao Rio de Janeiro, em 2016.

Em decorrência disso, ficou claro que o posicionamento estratégico das Forças Armadas, no campo esportivo brasileiro, por meio da realização dos JMMs, para além dos objetivos acima descritos, possibilitaria ao COB o alcance de outro objetivo de importância fundamental para o cumprimento de sua agenda, que visava o desenvolvimento de ações voltadas à formação de quadros técnicos para o esporte de alto rendimento, primeiramente pela criação do IOB – Instituto Olímpico Brasileiro - que tem por principal finalidade a formação de ex-atletas, militares e professores de Educação Física para atuar no esporte de alto rendimento nacional, e que passaria a utilizar a EsEFEX, como local para a capacitação desses profissionais. Em um segundo momento, o intuito era a criação da Universidade do Esporte que, segundo o COB, ampliaria a formação de profissionais para o alto rendimento nacional, agora, em nível universitário, e não mais em nível técnico, como vinha acontecendo, anteriormente, aproveitando, então, as estruturas e equipamentos utilizados nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, podendo, assim, contribuir, de forma significativa, para o amadurecimento do esporte nacional de alto rendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que o delineamento do cenário apresentado obedece a uma ordem cronológica de acontecimentos, que deverá sempre ser analisada a partir do segundo mandato do Presidente Lula, momento em que se intensificou a submissão consentida do Ministério do Esporte às entidades de administração do Esporte nacional, como o COB, e internacional, como o COI e a FIFA. A partir daí, a busca pelo sonho olímpico brasileiro alavancou uma série de fatos muito bem articulados que deram ao setor conservador do esporte nacional possibilidades reais de enxergar tanto na vinda dos principais megaeventos esportivos do planeta, quanto no campo educacional brasileiro, uma grande oportunidade para fazer valer



seus ideais de expansão do esporte de alto rendimento, dentro das escolas, mais precisamente no campo da Educação Física, unindo também a ele, como já descrito, os Programas de cunho esportivo do Governo Federal que são regidos por essa mesma lógica.

Desta feita, pelos argumentos levantados neste estudo gostaríamos de, mais uma vez, afirmar que, ao contemplar o Esporte Militar Brasileiro, não encontramos, seja na história, seja na política esportiva brasileira, elementos suficientes para embasar a realização no Brasil, nos anos dois mil, de uma edição de um megaevento militar de tamanhas proporções, sendo justificado apenas, se olhado e analisado pela lente de entidades de administração do esporte nacional, como o COB, pelos objetivos político-econômicos traçados pelo Governo Federal, e pelo desejo das Forças Armadas brasileiras de conquistar um espaço dentro do campo esportivo nacional, fato este nunca observado na história desse esporte na recente história esportiva nacional.

VMILITARYWORLD GAMESIN BRAZIL: MILITARYSPORTAT THE SERVICE OFRIO 2016AGENDA

ABSTRACT

The first decades of this century reserved to Brazil a number of mega sports events that are part of government strategies for the protagonist participation of the country on the world stage. Under this view, this article aims to analyze how the realization of the V edition of the Military World Games in Brazil positioned the Brazilian Military Sports, the national sports field, with a view to holding the Olympic Summer Games in Rio de Janeiro in 2016. One bibliographic and documentary research was performed and the results showed that such an achievement is justified only if looked through the lens of sports management entities, the political and economic objectives of the Federal Government, and the desire of the military to win a space in the field of national sport.

KEYWORDS: *Mega Events Sports; Brazilian Sports Policy; VMilitary World Games.*

VJUEGOS MUNDIALES MILITARES EN BRASIL: DEPORTE MILITAR AL SERVICIO DE RIO 2016 AGENDA

RESUMEN

Las primeras décadas de este siglo reservadas a Brasil una serie de grandes eventos deportivos que forman parte de las estrategias del gobierno para la participación protagónica del país en el escenario mundial. Bajo este punto de vista, este artículo pretende



analizar cómo la realización de la V edición de los Juegos Mundiales Militares de Brasil colocó a los Deportes Militares brasileños, el campo de deportes nacional, con miras a la celebración de los Juegos Olímpicos de Verano en Río de Janeiro en 2016. una investigación bibliográfica y documental se realizó y los resultados mostraron que tal logro se justificó sólo a través de la lentitud de las entidades de gestión de los deportes, los objetivos políticos y económicos del Gobierno Federal, y el deseo de los militares para ganar un espacio en el campo de deporte nacional.

PALABRAS CLAVE: Mega Eventos Deportivos; Política Deportiva brasileña; V Juegos Mundiales Militares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Jogos Mundiais Militares no Brasil. Disponível em <http://www.rio2011.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=246&Itemid=103&lang=pt> Acessado em 12/07/2012.

_____. Lei 6.251 de 08 de outubro de 1975. Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências.

CASTELLANI, F. **Educação Física, Esporte e Lazer: reflexões nada aleatórias**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

_____. Megaeventos Esportivos no Brasil: de expressão da política esportiva brasileira para a da neodesenvolvimentista de planejamento urbano. *Motrivivência* v. 26, n. 42, p. 98-114, junho/2014

_____. **O PT, a política esportiva brasileira e a síndrome de Estocolmo**. Campinas, 2009. Disponível em: <<http://www.observatoriodoesporte.org.br>> Acessado em 21/11/2012.

LARDIES, M. **Coletânea de leis e regulamentos dos desportos**. Porto Alegre: Livraria Sulina Editôra, 1971, 6.ed.

GARCIA, Mônica. COB e Exército fecham acordo para construir QG esportivo brasileiro. Disponível em <<http://esportes.terra.com.br/noticias/0,,OI5499260-EI14532,00-COB+e+Exercito+fecham+acordo+para+construir+QG+esportivo+brasileiro.html>> Acessado em 28/08/2012.

MASCARENHAS. F. **O Bloco Olímpico: Estado, organização esportiva e mercado na configuração da agenda Rio 2016**. Curitiba: Revista ALESDE, V. 02, nº 2, 2012, p.15-32.

MELDAU, Débora Carvalho. Síndrome de Estocolmo. Disponível em <<http://www.infoescola.com/doencas/sindrome-de-estocolmo/>> Acessado no dia 21/11/2012.

WOLFART, G. **Lulismo: um movimento informal de políticas públicas**. Disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3674&secao=352>. Acessado em 08/06/2013.



**XIX
CONBRACE**
VI CONICE
08 a 13 de setembro de 2015
VITÓRIA-ES

TERRITORIALIDADE E DIVERSIDADE
REGIONAL NO BRASIL E AMÉRICA LATINA:
SUAS CONEXÕES COM A EDUCAÇÃO
FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

SINGER, A. V. **Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador** -1ª ed –
São Paulo: Companhia das letras, 2012.

VAINER, C. Prefácio. In MASCARENHAS, Gilmar et al. **O jogo continua: megaeventos
esportivos e cidades**. Rio de janeiro; EdUERJ, 2011. 302 p.